

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

INSCRIÇÕES ROMANAS DE BEIRIZ.

GONÇALVES, Flávio

Ano: 1949 | Número: 59

Como citar este documento:

GONÇALVES, Flávio, Inscrições romanas de Beiriz. *Revista de Guimarães*, 59 (1-2) Jan.-Jun. 1949, p. 223-235.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Inscrições romanas de Beiriz

1) **Notícia histórica** — Em 1912, quando se explorava uma pedreira no Alto da Vinha, lugar da freguesia de Beiriz (concelho da Póvoa de Varzim), uns oficiais do mestre pedreiro José Pires Laranjeira descobriram duas inscrições romanas em granito, de certo interesse. São ambas votivas, pertencendo uma delas a elegante ara, relativamente bem conservada.

O primeiro guardador das epígrafes foi o P.^e Joaquim Matias Torres, que tempos depois as entregou ao Museu de Rocha Peixoto, instalado na Câmara Municipal da Póvoa de Varzim; daqui passaram para o átrio do Liceu de Eça de Queiroz, na mesma vila, donde as fizeram transitar para o riquíssimo Museu Etnográfico Municipal, no antigo palacete do Conde de Azevedo, no qual se encontram, em a sala I do rés-do-chão.

Embora não estejam inéditos, estes testemunhos da dominação latina no norte de Portugal podem dizer-se ignorados pelos nossos arqueólogos e historiadores, pois ninguém os citou ainda em livro ou artigo da especialidade que tivesse larga divulgação.

A mais velha referência impressa deve-se a Cândido Landolt, que sob o título de «Achado Arqueológico» publicou, em 1912, uma notícia sobre o aparecimento e legendas das pedras, no jornal poveiro *Propaganda* (ano X, n.º 39). Cândido Landolt, poeta e etnógrafo, não percebia nada de antiguidades; o seu artigo (transcrito pela revista *A Póvoa de Varzim*, ano II, n.º 7, 1912) não tem, por isso, valor científico, valendo apenas como texto documental e histórico acerca do achado de Beiriz.

Em 7 de Fevereiro de 1915, o P.^e Joaquim Matias Torres assinava um escrito do semanário *Estrela Po-*

voense, no qual declarava ter sido ele próprio quem havia oferecido as duas lápides ao Museu de Rocha Peixoto.

Só 16 anos mais tarde se voltou a falar no assunto, ainda num jornal da Póvoa de Varzim, e então por Rui de Serpa Pinto. N' *A Voz do Crente* escreveu o illustre arqueólogo, em Julho (?) de 1931, um ligeiro estudo sobre as «Duas lápides romanas de Beiriz»; aí incluiu a sua leitura e respectivos comentários.

Baptista de Lima, na *Monografia da Póvoa de Varzim* (Póvoa de Varzim, 1939), separata das suas *Terras Portuguesas*, mencionou também as epígrafes, embora as interpretasse erradamente: «Em Beiriz se encontraram um cipo votivo ao deus Marte e um pedestal a Cornelius, objectos que estão hoje no Liceu da Póvoa de Varzim» (pág. 8-9).

Como veremos, nem uma é dedicada a Marte, mas a Júpiter, nem a outra se gravou em honra dum *Cornelius*, antes foi consagrada a uma divindade por um individuo chamado Cornélio. A leitura de Serpa Pinto está mais perfeita, posto que incompleta.

Talvez por examinarmos as legendas com mais vagar e persistência, conseguimos ler melhor que os anteriores. Chegamos mesmo a reconstituir completamente uma delas (pela primeira vez) e grande parte da outra, cujo sentido exacto, pelo menos, parece termos encontrado.

Daí a razão desta nota. Além disso, e especialmente, as pedras merecem ser conhecidas, passar dos semanários obscuros para os boletins de grande circulação, mais lidos pelos estudiosos. As descobertas de Beiriz, provas autênticas da existência dos romanos em mais uma localidade do concelho da Póvoa de Varzim, das divindades ali adoradas, da sua antroponímia latina, costumes, etc., permitem marcar outro circulo no mapa dos lugares de Entre Minho e Douro que possuem ruínas de cultura itálica.

2) Leitura das inscrições — Está insculpida num altar ou ara de granito a epígrafe que se consegue decifrar com maior facilidade (fig. 1). O monumento, esbelto, felizmente pouco danificado, tem o fuste prismático, conforme o cânone usual, e assenta sobre uma

base de 0^m,16 de alto. O capitel, distinto do plinto por molduras de variadas formas, apresenta um frontão triangular em cada face dianteira, ladeado pelas *cornua*, ou seja, pelas volutas ou rolos cilíndricos das faces laterais; no frontão da fachada vê-se gravado um crescente de pontas voltadas para cima, emblema simbólico vulgar nos cipos, aras e estelas romanas da Península e fora dela, em geral associado a outra meia lua ou a estrelas.

Ao centro do plano horizontal da parte superior do altar — a mesa dos sacrificios — existe um orifício circular de 0^m,03 de diâmetro, miniatura do *foculus* destinada às libações.

Dimensões da ara: altura total — 0^m,68; sem a base — 0^m,52. Fuste: largura — 0^m,22; espessura — 0^m,18; altura — 0^m,28. Comprimento máximo das molduras — 0^m,29.

Os panos do fuste são lisos e despidos de ornatos, excepto o da frente, onde vem a seguinte inscrição, de 0^m,21 x 0^m,20:

(i) OVI T DD
(v) OTO DO
MINI S.
MART
C L

Comentário epigráfico:

a) Os caracteres, tipo romano capital, medem, na média, 0^m,03 de altura. Apenas se nota um ponto de separação.



Fig. 1.

b) As iniciais das duas primeiras linhas (o I de *Jovi* e o V de *voto*) desapareceram da pedra devido a fractura de um dos ângulos do plinto. Porém, facilmente se reconstituem.

c) Júpiter (no dativo *Jovi*) aparece-nos com frequência na epigrafia latina da Península; é mesmo de todos os deuses do panteão itálico o que se encontra melhor documentado na área da antiga Lusitânia romana.

Abundam de facto as inscrições em que se refere o nome do chefe supremo da corte mitológica, de modo particular em pedras votivas. Emilio Hübner, nas *Inscriptiones Hispaniae Latinae* (1869), volume II do monumental *Corpus Inscriptionum Latinarum*, enumera já duas dezenas de epígrafes aparecidas em Portugal, nas quais surge mencionada a poderosa divindade. Em 1913, no vol. III (págs. 222 e segs.) das *Religiões da Lusitânia*, Leite de Vasconcelos eleva para 38 os locais do nosso país onde se verificaram restos do culto a Júpiter, quer servindo-se dos dados de Hübner, quer do material descoberto posteriormente à visita do ilustre alemão. E depois disto, quantas mais legendas em honra do pai dos deuses não têm sido achadas por esse Portugal fora!

A maioria das lápides jovianas apareceu na região nortenha, especialmente em Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho. Leite de Vasconcelos tenta explicar o facto, aventando a hipótese de existir alguma divindade indígena regional que tivesse sido assimilada por aquele culto a Júpiter: «é muito provável que o formulário romano encobrisse uma devoção pré-romana, e que se à boca dos dedicantes acudia uma palavra latina, lhes estava porém na alma uma crença avita, muito diferente da dos conquistadores» (1). «Outros opinam» — informa por sua vez Vergílio Correia — «que tal difusão se deve à influência da *Legio Septima Gemina*, que teve sede e depósito em Leão, e destacamentos espalhados por todo o ocidente peninsular» (2).

(1) J. Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, vol. III, 1913, pág. 228.

(2) Vergílio Correia — «O Domínio Romano», in *História de Portugal*, Barcelos, vol. I, 1928, pág. 245.

A inscrição de Beiriz comprova igualmente a insistência, nesta parte da Península, da veneração a Júpiter, pois provém de uma aldeia do norte do país.

d) O T da primeira linha é abreviatura de *Tonanti*, qualificativo de Júpiter, o deus tonante, o que tropeja. *Tonans, antis* aparece raras vezes na epigrafia a acompanhar o nome do chefe do Olimpo (1). No entanto, o epíteto é-lhe peculiar, chegando-se a escrever como substantivo, a significar Júpiter (2). Em Portugal não temos, que nós saibamos, outra legenda latina com o qualificativo Tonante. Foi o nosso prezado amigo e erudito arqueólogo Rev.º P.º Eugénio Jalhay quem nos sugeriu tal resolução da abreviatura, partindo da leitura que lhe apresentamos, esta da nossa inteira responsabilidade.

Comummente a divindade joviana vem seguida dos adjectivos *Optimus* (ótimo) e *Maximus* (máximo), de que abundam os exemplos. Mais invulgares são o *Conservator* (conservador, protector) das inscrições dos arredores de Moncorvo (3) e de Castelo Branco (4), o *Depulsor* (o que expulsa) da inscrição de Dume — Braga (5), o *Solutorius* (o que livra dos males) de outra de Amaia (Aramenha) (6), etc.

e) A fórmula DD, em geral pontuada, significa *dedit dedicavit* ou *donum dedit*, ou *donum dedicavit* (7). A primeira interpretação surge-nos mais ordinariamente e adapta-se melhor à legenda em estudo. Patentear-se um caso do emprego desta fórmula na epigrafia latina da Lusitânia portuguesa na lápide consagrada a Serapis Pantheo, hoje no Museu de Beja (8).

f) O S da terceira linha deve ser a abreviatura

(1) René Cagnat, no seu *Cours d'Epigraphie Latine* (Paris, 1914), nem sequer menciona esta abreviatura.

(2) Francisco Torrinha — *Dicionário Latino-Português*, 2.ª edição, 1942, pág. 878.

(3) Vid. *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, pág. 156, artigo do Abade José Augusto Tavares.

(4) Vid. *O Arqueólogo Português*, vol. XII, pág. 176, artigo de Tavares Proença Júnior.

(5) E. Hübner — *Corpus Inscriptionum Lat.*, vol. II, 2414.

(6) Eugénio Jalhay — «Epigrafia Amaiense», in *Brotéria*, vol. XLV, 1947, pág. 620.

(7) R. Cagnat, *ob. cit.*, pág. 421.

(8) Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, vol. III, pág. 344 e segs.

de *S(ui)*, conforme indica o próprio sentido do texto. Aliás *S* por *se, sibi* costuma encontrar-se na epigrafia itálica ⁽¹⁾.

g) *Martius*, na quarta linha, é um *praenomen* bastante usado entre nós. Já o grande epigrafista José Leite de Vasconcelos declarou que o seu aparecimento vê-se tão frequentemente «na epigrafia e literatura, que não merece a pena citar mais exemplos» ⁽²⁾.

h) Na derradeira linha, o *L* está bem separado do *C*, afastando a hipótese da abreviatura de *Claudii*. Parece antes representar *L(ibertus)*, enquanto o *C* indica o antropónimo *Caius* (aqui *Caii*).

Este último *praenomen* escrevia-se com *C* mas lia-se *Gaius* ⁽³⁾. Entra igualmente na lista dos apelidos mais vulgares da antroponímia romana, sendo muito comum nas inscrições latinas da Lusitânia, como em algumas de Beja (*Corpus*, II, 61, 62), Lisboa (*Corpus*, II, 180, 181, 182, 224, 225), Chelas (*Corpus*, II, 291), Colares (*Corpus*, II, 304, 305), Almoester (*Corpus*, II, 310), Tomar (*Corpus*, II, 333), etc., etc.

Feitos os desdobramentos mais prováveis temos, pois, na pedra, uma legenda deste teor: *Jovi Tonanti dedit dedicavit voto domini sui Martius Caii libertus*.

Tradução: Márcio, liberto de Caio, deu (e) dedicou (esta ara) a Júpiter Tonante, por voto de seu amo.

Cândido Landolt, no artigo acima referido, leu assim a inscrição:

QUITIPM
 OIORT
 IMIR
 CLX

Só por curiosidade citamos tão inconcebível versão. Chega a admirar como o escritor pôde errar tanto, omitindo uma linha e trocando caracteres bem visíveis por outros nada semelhantes.

⁽¹⁾ R. Cagnat, *ob. cit.*, pág. 460.

⁽²⁾ Vid. *O Archeólogo Português*, vol. I, 1916, pág. 110-112.

⁽³⁾ R. Cagnat, *ob. cit.*, pág. 39.

Digna de atenção é a interpretação de Rui de Serpa Pinto:

... OVITIOD

... OTOD...

... INIS....

M.....

CL

O malgrado arqueólogo não conseguiu decifrar todas as letras da epígrafe, «de difícil leitura e interpretação», mas apesar disso já reparou haver sido «feita por um escravo liberto» em honra de «Júpiter», o qual supôs «com epíteto indígena», por encontrar *TIOD* onde está *TDD*.

Razão tinha Leite de Vasconcelos ao declarar: «rara será a inscrição romana que não contenha uma dificuldade de leitura ou de interpretação; e que, logo à primeira, seja bem copiada» (1). Quantas não foram as nossas tentativas para alcançar o texto autêntico!

*

A segunda epígrafe de Beiriz (fig. 2) apresenta muitas mais dificuldades, tanto na leitura como na interpretação. Nem de maneira concreta se sabe para que serviu a pedra em que foi insculpida! «Pedestal» — julgaram C. Landolt e Baptista de Lima; «pequeno pilar» — chamou lhe Serpa Pinto.

Consta dum tronco de prisma de secção quadrilátera, que descansa numa base rectangular de poucos centímetros de altura, ligada a um soco de granito em bruto. Sem a base mede: de altura — 0^m,25; de largura — 0^m,22; de espessura — 0^m,21. Não mostra ter sido ara ou cipo, pois na parte superior não vemos as características molduras e ornatos. E fractura dessa parte não se pode afirmar que houvesse. Apesar do plano horizontal do cimo se encontrar irregular, com desnivelamentos, eles estão muito polidos para resultarem de quebras e antes parecem provocados por

(1) Vid. *O Archeólogo Português*, vol. XXI 1916, pág. 166, em nota.

desgaste. Por outro lado a linha angular conserva-se bem rectilínea, e as fracturas reconhecem-se perfeitamente noutros pontos.

Como a inscrição é votiva, afigura-se-nos natural que sobre o tronco prismático assentasse qualquer imagem ou objecto, servindo assim, a pedra, de pedestal, de acordo, aliás, com o seu aspecto e tamanho da base, própria para dar equilíbrio.

Os caracteres da legenda sofreram bastante durante os séculos. Julgamos que dizem:

VIEANI
AVSIBN
DVIOCLE
CORNEII
VS·LIB
V·S·L·M·

Comentário epigráfico:

a) Caracteres romanos capitais de 0^m,04 de altura. Alguns pontos separativos.

b) Não soubemos tirar lição das duas primeiras linhas. Elas mal se conseguem ler, por se haverem desgastado muito; no entanto a cópia que apresentamos parece-nos reproduzir o mais fielmente possível os verdadeiros sinais gravados na pedra.

Nome de uma divindade indígena e respectivo epíteto? Apelidos de divindades locais?

c) Na terceira linha as letras centrais OC mal se percebem. As restantes vêm-se melhor, embora também com dificuldade.

Duiocletianus, como parece conter a lápide, isto é *Diocletianus* nota-se raramente na epigrafia latina da Península. Como se sabe o imperador romano deste nome, que governou de 284 a 305, foi o grande perseguidor dos cristãos. De tal modo ficou renegada a sua memória que estes, mais tarde, na África e na Espanha, mandaram até apagar o seu apelido em todas as inscrições onde se encontrasse (1). A par do Diocleciano imperador, outros Dioclecianos, simples cidadãos,

(1) R. Cagnat, *ob. cit.*, pág. 173, nota 6.

desapareceram para sempre das lápides insculpidas pelos itálicos. Nesta de Beiriz o vocábulo conservou-se, e julgamos ser mesmo o primeiro exemplo achado no nosso país em que isso sucede.

d) Quanto a *Cornelius* depara-se com maior facilidade. Restringindo-nos a Portugal, conhecemos

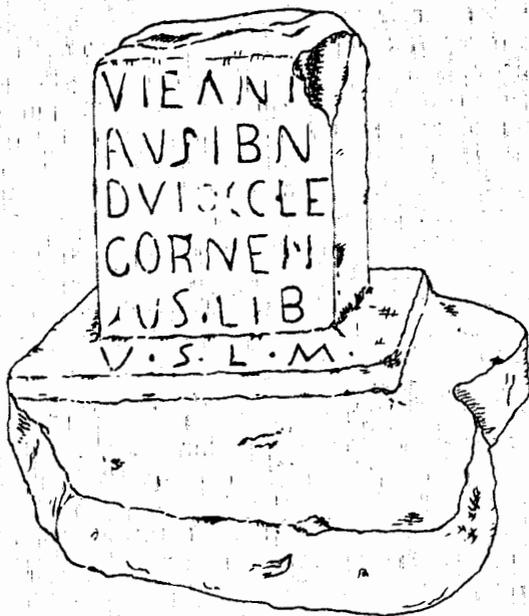


Fig. 2.

epígrafes mencionando tal nome em Cova da Lua (Bragança), (*Corpus*, II, 2.398), Alcácer do Sal (*Corpus*, II, 35), Faro (*Corpus*, II, 2), Eiras (Beja) (*Corpus*, II, 96), Lisboa (*Corpus*, II, 211), Aramenha (*Corpus*, II, 159), etc.

e) O substantivo *libertus*, *i* concorda com Diocletianus Cornelius. Afirma R. Cagnat no seu *Cours d'Epigraphie Latine* (1914) que os libertos (escravos postos em liberdade pelos seus senhores ou *manu missores*) usavam «de ordinário, durante o Império, pelo menos, três nomes: um prenome, um nome e um sobrenome, como os homens nascidos de condição livre. O sobrenome não é outro que o seu nome de escravo,

que eles guardam após a sua libertação; quanto ao nome e prenome, recebem-no do seu dono na mesma ocasião da liberdade (pág. 82)» (1). Nesta legenda, porém, o liberto Diocleciano Cornélio apenas escreveu dois nomes: o prenome e o nome, faltando o sobrenome, que era o seu apelido de escravo. E na maioria dos casos colocava-se um nome unicamente (v. g. a primeira epígrafe de Beiriz).

Em geral, quando nas inscrições romanas se fala dum liberto, indica-se, ao lado do apelido que lhe pertence, o do seu antigo amo, o qual, em genitivo, se costuma colocar entre o nome do escravo libertado e o substantivo *libertus*, tal como se lê na primeira legenda de Beiriz. Na segunda, contudo, nada disso acontece: L₁B, que tem de concordar com *Cornelius*, segue-o imediatamente. Se *Diocletianus* houvesse sido o manumissor, deveria *Cornelius* estar no lugar de *Diocletianus* e este, em genitivo, no de *Cornelius*. Supomos, portanto, *Diocletianus* também em nominativo, servindo de sujeito, e não patenteando o nome do libertador do escravo.

O caso de subentender-se *sui* e ficar *Cornelius libertus (sui)* — Cornélio, seu liberto (de Diocleciano) — deve por-se de parte, pois então a legenda seria honorífica, dedicada a *Diocletianus*; ora a lápida é votiva, consagrada a uma divindade, conforme o demonstra a fórmula final e como fazem pensar as duas primeiras linhas.

b) A última linha da epígrafe encontra-se na face horizontal da base e não na frontaria do monumento. Reproduz a conhecida fórmula V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) M(*erito*), frequentíssima na epigrafia romana peninsular, de ordinário sob a forma V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo*), ou L. A. V. S., ou A. L. V. S., ou V. S. A. L., ou V. L. A. S. (2). Por vezes reduz-se a fórmula a A. L. S., V. S., S. L. V., V. L. S., etc.

A pensar assim, e exceptuando as duas primeiras linhas, propomos os desdobramentos: *Diocletianus*

(1) O escravo ou *servus*, não liberto, é que só tinha direito a um único nome (Cagnat, *ob. cit.*, pág. 80).

(2) E. Hübner — *Corpus*, vol. II, pág. 775: *Índice dos títulos sacros*.

Cornelius libertus votum solvit libens merito. Tradução: O libertos Diocleciano Cornélio cumpriu com muita satisfação a sua promessa (feita a...).

A legenda foi vista por Rui de Serpa Pinto deste modo:

V I E
 A V I I B N
 D V I . . . D L I
 C O R N E I I
 . . S . L I B
 V S L . M .

E comentou: «A inscrição é também de difícil interpretação pela falta de letras, apenas sendo legíveis as palavras *Cornelius* e *lib(ertus?)*» e a abreviatura final, que desdobrou.

Cândido Landolt tornou a errar. Eis a sua cópia:

V A E M
 M I I R M
 D V I R C L E
 C O P R E L
 V O S L M

3) O Alto da Vinha na época lusitano-romana— Quando em 1931 Rui de Serpa Pinto estudou as epígrafes de Beiriz concluiu o seu pequeno artigo escrevendo: «O facto de as duas lápides votivas terem sido presumivelmente dedicadas por escravos libertos aumenta o interesse da descoberta, e de lastimar será que não se possam colher mais esclarecimentos no local sobre tão antigo culto. Aqui fica o pedido».

Infelizmente ninguém atendeu à petição do arqueólogo. Temos hoje fortes razões para lastimar essa incúria.

No verão de 1948 visitamos o sítio onde apareceram as pedras, na companhia do nosso amigo Sr. Fernando Barbosa, apaixonado amante destas velharias. Fica o Alto da Vinha em Beiriz de Baixo, entre os lugares de Xisto e Outeiro. O morro que o constitui, dividido em bouças e campos, possui na vertente vi-

rada ao noroeste uma larga pedreira, em tempos explorada; ao abri-la se desenterraram, em 1912, as duas inscrições. Junto delas apareceu, pela mesma altura, uma «medalha», hoje em ignorado paradeiro, como nos informou o Sr. José Pires Laranjeira, que mora muito perto do local e que lá nos acompanhou.

Este senhor, sob cujas ordens trabalhavam os achadores das antiguidades, prestou-nos ainda outras declarações valiosas. Segundo disse, há anos, ao desaterrar-se o campo murado que agora coroa o Alto da Vinha, encontraram-se «umas cinco sepulturas» feitas de «grandes tijolos unidos, tendo escavado o feitio de um corpo humano, para meter o cadáver». Tais sarcófagos com cavidade antropomórfica, certamente luso-romanos (4), não se sabe o sumiço que levaram, nem deles existe sequer o mínimo vestígio ou fragmento.

A colina do Alto da Vinha era, pois, no tempo da dominação latina (?), uma necrópole de inumação (5) em que abundavam as caixas de tijolo. A descoberta, ao lado, de lápides romanas, faz supor aquela cronologia, enquanto o carácter votivo das mesmas parece indicar que junto do cemitério se deparava com um templete ou recinto sagrado.

Que os romanos andaram por Beiriz não restam dúvidas. Já depois do aparecimento das inscrições e medalha, encontraram-se, conforme nos noticiaram, pedaços de *tegulae* numa casa da freguesia e um fundo de grande vaso ou talha num campo vizinho do Alto da Vinha; de uma mó manual (*molla manuaría*), ali descoberta por 1937, fala Fernando Barbosa no seu artigo «A Vila Mendo é romana», na *Ideia Nova* (Póvoa de Varzim) de 28 de Agosto a 18 de Setembro de 1937; em casa do Sr. Suceno, proprietário do sítio de Fraião (Beiriz), vimos nós uma placa quadrangular de barro, achada ao construir-se a estrada de Beiriz a Terroso,

(4) O recorte antropomórfico, se bem que o período típico do seu uso seja a Idade-Média, aparece já em sepulturas genuinamente romanas (v. g. as da necrópole de Marateca, exploradas por Santos Rocha.)

(5) Além da incineração, mais vulgar, os romanos também praticaram entre nós o rito da inumação. Por todo o Portugal não surgido jazigos dessa época, ora talhados na rocha, ora figurando caixas de alvenaria, lages, tijolos e telhas, ora documentados por arcas de pedra.

e pertencente a uma cista ou arqueta funerária. Aliás os latinos parece terem vivido nas proximidades desde antigos e continuados anos. Daí a acentuada romanização dos castros de Nabais, Averomar, Laundos, Terroso, Bagunte e Casais, todos ao redor de Beiriz; e a existência das vizinhas *villae* lusitano-romanas da Estela (Vila Mendo), concelho da Póvoa de Varzim, do Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim), de Touguinha, concelho de Vila do Conde, talvez de Rates, (concelho da Póvoa de Varzim), de Vila do Conde, etc.

Resta, por último, dizer que o Alto da Vinha espera a sua exploração arqueológica. Vista a zona do campo do cimó (onde surgiram os túmulos) e a região da pedreira (depósito das epígrafes), impõe-se agora a escavação da parte restante, bem pequena, formada por um pedaço do cabeço, entre o muro da propriedade e a pedreira, e pela encosta norte, hoje uma bouça. Assim a despesa não será grande.

Julgamos frutíferos os trabalhos, pois numerosos fragmentos de cerâmica arcaica e pedras soltas se notam nas camadas de terra circundantes da pedreira. Cavando, alguma coisa deve aparecer, não há dúvida. Quem sabe se ainda jazem ali soterrados alguns sarcófagos e mais lápides romanas? Ou objectos de notável valor arqueológico? Mas, mesmo pobre, vulgaríssimo, o espólio fornecerá por certo dados sobre a cronologia das sepulturas, provando a sua feitura romana — por nós aventada — ou fazendo remontar a necrópole a época diferente.

Necessária se torna, portanto, a exploração do local. Haverá alguém que a ela se dedique, ou, pelo menos, alguma pessoa ou entidade oficial que a subsidie monetariamente? Trata-se, lembremo-nos bem, de um documento que é pena deixar-se perder ou manter no incógnito: indica a permanência, em mais um local nortenho, do povo romano, a quem temos de atribuir a maioria das nossas tradições folclóricas. Esclarece, enfim, sobre uma antiga civilização do passado histórico de Portugal.

FLÁVIO GONÇALVES.